



VIII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil

“Educação e Contemporaneidade” 18 a 20 de setembro de 2014

ISSN 1982-3657



APROPRIAÇÃO DA CONCEPÇÃO FREIRIANA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Patrícia Brandão Lima[1]

Marielly Barbosa Silva Mota[2]

Eixo Temático 11: Educação, Sociedade e Práticas Educativas.

RESUMO:

O presente artigo emergiu de discussões vivenciadas a partir dos componentes curriculares, EDU 290 - Educação de Jovens e Adultos e EDU 277 - Práticas Pedagógicas em Educação de Jovens e Adultos, do curso de Licenciatura em Pedagogia, na Universidade Estadual de Feira de Santana. Este estudo trata de uma revisão bibliográfica, tendo como aporte teórico Arroyo (2001), Cunha e Silva (1973), Freire (1975, 1982, 1987, 1993, 1996), Ferreiro (2002), Paiva (1973), Pereira (2005), Souza (1998). Este artigo tem como objetivo conhecer o cenário excludente da Educação de Jovens e Adultos e seu percurso de lutas pelo direito de acesso ao ensino bem como pela alfabetização. Analisar a importância exercida pela concepção de alfabetização do educador Paulo Freire e suas contribuições para esta modalidade de ensino. Almejando ainda expor a necessidade de uma escola parceira e refletir sobre a ação pedagógica de forma à melhor subsidiar suas ações voltadas para a inserção dos alfabetizandos como participantes da sociedade.

Palavras-chave: Alfabetização; Concepção Freiriana; Prática pedagógica.

ABSTRACT:

This paper emerged from discussions from experienced curriculum components, EDU 290 - Youth and Adult Education and EDU 277 - Pedagogical Practices in Youth and Adult Education, Bachelor's Degree in Education at the State University of Feira de Santana. This study is a literature review with theoretical contribution Arroyo (2001), Cunha and Silva (1973), Freire (1975, 1982, 1987, 1993, 1996), Ferreiro (2002), Paiva (1973), Pereira (2005), Souza (1998). This article aims to meet the exclusive setting of the Adult Education and its path of struggle for the right of access to education as well as for literacy. Analyze the importance exerted by design literacy educator Paulo Freire and his contributions to this type of education. Craving also expose the need for a partner school and reflect on the pedagogical action in order to best support their actions for the insertion of the students as participants in society

Keywords: Literacy; Freire's conception; Pedagogical practice.

INTRODUÇÃO

Ao conhecer a trajetória histórica das lutas pela alfabetização de uma nação, é possível estabelecer paralelos com a própria história do país. Portanto é preciso pontuar na história do Brasil a Educação de Jovens e Adultos para maior compreensão do problema do analfabetismo.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA, é uma modalidade da educação básica de ensino, definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96. A EJA tende a ser reconhecida como direito humano fundamental para a construção de jovens e adultos autônomos, críticos e ativos, frente a realidade dos sujeitos que a constitui. Para tal a LDBEN/1996 faz menção em um de seus artigos relacionados à especificidade da Educação de Jovens e Adultos:

Art.37 – A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma de regulamento. (BRASIL, 1996).

A educação de Jovens e Adultos representa uma possibilidade de resgate social, dos sujeitos deste segmento. Ao estudar a história da EJA no Brasil, o conceito de educação está interligado com o contexto político e ao momento histórico percorrido, ou seja, o histórico da EJA está relacionado à própria história do Brasil. Apesar das conquistas que sobrevieram ao longo da história, a exemplo do reconhecimento desta modalidade de ensino como direito a ser garantido formalizado em lei, a EJA ainda passa por algumas contradições como afirmam Cunha e Silva (2010):

Há reconhecimento da EJA em lei, mas essa modalidade de educação permanece na marginalidade no que diz respeito às obrigações governamentais. A educação de pessoas jovens e adultas precisa concretamente ser tratada como um direito, tendo uma política de indução à demanda de milhares de sujeitos analfabetos e mais, agregando-se aí um outro contingente de quase 100 milhões de pessoas que não concluíram o ensino fundamental. (CUNHA, SILVA, 2010, p. 47-48).

Dito isto, reconhecemos a importância em conhecer a história da alfabetização do povo brasileiro como a história de nosso país, o que possibilita a reflexão sobre as influências que evidenciaram todo o processo da Educação de Jovens e Adultos.

Souza (1998) exprime que ao pensar na educação de adultos é antes entender o processo histórico pelo qual a referida modalidade educativa passou a se delimitar enquanto um programa educacional definido e estruturado que atende de forma consciente e completa as necessidades de adolescentes, jovens e adultos.

Estes sujeitos necessitam e precisam de uma formação específica que vise oportunizar a concretização de seus anseios, assim como seus interesses pessoais e sociais, partindo de suas vivências relacionando-as com o contexto que o cerca, buscando a emancipação do que se constitui em suas limitações.

Para tanto, o processo de alfabetização de jovens e adultos é contínuo e necessário, nesse contexto, a trajetória da alfabetização não é recente vem desde a colonização, e durante este longo período desencadeou-se lutas, iniciativas, movimentos e campanhas a favor da alfabetização, extensão e garantia de

ensino e erradicação do analfabetismo, esta segunda representa uma dívida social para com os jovens e adultos não escolarizados. Por conseguinte entende-se que a alfabetização não se inicia em um piscar de olhos, da mesma forma que não finda-se em um tempo determinado da vida escolar.

Este trabalho se constitui em descrever e analisar a importância exercida pela concepção freiriana e suas contribuições no processo de alfabetização da Educação de Jovens e Adultos, almeja ainda compreender como funciona esta ação, expor a necessidade de uma escola parceira tentando viabilizar possibilidades de uma prática escolar/pedagógica, que seja capaz de minimizar as dificuldades encontradas e que também esta mesma prática possa assegurar o acesso e permanência no âmbito educacional.

METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido a partir das leituras, estudos e discussões realizadas no trajeto das disciplinas EDU 290 - Educação de Jovens e Adultos e EDU 277 - Práticas Pedagógicas em Educação de Jovens e Adultos, que nos foram apresentadas, como componentes curriculares no 2º e 3º semestre, respectivamente, do curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Estadual de Feira de Santana.

Desta forma evidenciamos uma ponte de acesso e integração entre a teoria e a prática. Quanto à primeira corresponde a teoria onde é explicitado em sua ementa o estudo da educação do trabalhador, tendências da educação de jovens e adultos no Brasil, alfabetização e letramento, movimentos populares, propostas de educação de jovens e adultos e as obras e contribuições de Paulo Freire. A segunda compete à prática, propõe o trabalho interdisciplinar de reflexão sobre as experiências de ensino para jovens e adultos, os sentidos do direito, os aspectos do discurso legal e a realidade da EJA, correntes, tendências, problemas e perspectivas, tendo como objetivo maior culminar a prática pedagógica em EJA como campo de conhecimento.

O procedimento utilizado para coleta de informações foi à revisão bibliográfica. Segundo Gil (1991), a pesquisa se configura como bibliográfica quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e materiais disponíveis na internet. Fonseca (2002) colabora para este entendimento ao considerar que:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meio escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas da web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura resposta. (FONSECA, 2002, p. 32).

Desta forma, o estudo busca discutir acerca do processo de alfabetização a partir da proposta e concepção do educador brasileiro Paulo Freire. Pretende ainda discutir e refletir sobre a consonância entre os expostos de Freire e a prática alfabetizadora.

AS PRIMEIRAS AÇÕES A FAVOR DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A história da educação no Brasil, expressa a marca discriminatória desde o período colonial, onde os jesuítas se caracterizam como os primeiros alfabetizadores e seus ensinamentos estavam baseados nos princípios e doutrinas religiosas. Quanto aos aspectos legais a primeira Constituição Brasileira de 1824, faz menção à instrução primária e gratuita para todos os cidadãos, contudo sabemos que durante um extenso período essa educação foi destinada apenas as elites, ou seja, restringia-se a uma pequena parte da população, tendo esta por implicação o aumento gradativo do número de pessoas não alfabetizadas. Portanto o direito que nascera com o preceito constitucional de 1824, onde se assegurava educação a todos se limitou apenas a uma intensão legal.

Em 1930 houve uma reformulação do setor público e na sociedade brasileira decorrente do processo de industrialização. A Constituição de 1934 situou o ensino como obrigatório tanto para crianças quanto para os adultos, nesta Constituição a Educação de Jovens e Adultos é mencionada a primeira vez, diante da necessidade inefável da oferta de uma educação básica, para aqueles que porventura não frequentaram a escola quando ainda crianças. A educação de jovens e adultos começava então a ser reconhecida.

O Serviço de Educação de Adultos (SEA) surgiu no ano de 1947, com o propósito de reorientar, dispor e coordenar os trabalhos que vinham sendo feitos pelos planos anuais de ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos. Após sua criação uma diversidade de atividades foram criadas, integrando os serviços já existentes na área, elaborando e distribuindo material didático, mobilizando a opinião pública, os governos estaduais, municipais e a iniciativa particular. Neste mesmo ano foi lançado um projeto nacional denominado por Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos - CEEA, esta se constituiu em um processo que contemplava e almejava uma alfabetização de cunho intensivo, com uma permanência de três meses, sobrevivendo o curso primário, este dividido em dois períodos de sete meses sendo findando com a etapa de ação de profundidade.

Esta campanha iniciou-se sob a idealização e direção de Manoel Bergström Lourenço Filho, que defendia a necessidade da elevação dos níveis de instrução de toda a população como condição para o desenvolvimento econômico da nação, alvitando o desafio em que o ensino primário fosse estendido e alcançasse aos adolescentes e adultos, esta iniciativa foi inspirada pelos preceitos de Frank Charles Laubach, ou simplesmente pelo método de Laubach, que apresentava em seus princípios a necessidade de oferecer oportunidade e incentivos aos alfabetizando porque todos são capazes de aprender, construindo uma educação de jovens e adultos a partir dos conhecimentos já existentes, cabendo ao alfabetizador à tarefa de ajudá-los a construir novos conhecimentos.

Esta campanha obteve e demonstrou sucesso na primeira década de sua implantação, devido a aumento da demanda de escolas e classes que começavam a acolher estes adultos, que por consequência permitiu o acréscimo na taxa de alfabetização. Entretanto esta campanha extinguiu-se por conta da descentralização, uma vez que nesta época o governo transitava por mudanças, sofrendo por escassez de verbas que subsidiavam a sua manutenção, passando então a ser condicionada, apenas de doações e trabalhos voluntários na base popular.

Ainda da década de 50, surgiram duas novas campanhas, organizadas pelo Ministério da Educação e Cultura, a primeira foi a Campanha Nacional de Educação Rural, iniciada em 1952, e a segunda aconteceu no ano de 1958, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo. Ambas as campanhas apresentaram dois aspectos em comum o curto período de permanência e a falta de efetivação de suas atividades e seus preceitos. Estavam concentradas na Educação Popular, porém não prezavam a qualidade da educação, do mesmo modo que não contemplava a emancipação política e cultural da população, exprimindo unicamente preocupação com índices de analfabetismo. Já que o analfabetismo era o motivo da situação econômica, social e cultural em que o país vivia.

Cabe ainda ressaltar a importância do II Congresso Nacional de Educação de Adultos, este realizado em 1958 no Rio de Janeiro, ainda incluso no contexto, que focalizava a necessidade de repensar a prática de educação de adultos, percebia-se uma grande preocupação dos educadores em redefinir as características específicas e um espaço próprio para essa modalidade de ensino. É esta revisão histórica vivida na Educação de Jovens e Adultos que sinaliza as primeiras iniciativas e conquistas que acompanha o processo de movimentos e lutas.

[...] marcava o Congresso o início de um novo período na educação de adultos no Brasil, aquele que se caracterizou pela intensa busca de maior eficiência metodológica e por inovações importantes neste terreno, pela reintrodução da reflexão sobre o social no pensamento pedagógico brasileiro e pelos esforços realizados pelos mais diversos grupos em favor da educação da população adulta para a participação da vida política da Nação. (PAIVA, 1973, p. 210).

Em meados de 1960 os programas que envolviam a Educação de Jovens e Adultos, passam a ser inspirados e movidos pelo pensamento pedagógico de Paulo Freire, tendo como principal implicação sua proposta de alfabetização libertadora.

O Plano Nacional de Alfabetização foi aprovado em 1964, que previa a disseminação por todo o Brasil de programas de alfabetização orientados pela proposta estabelecida por Paulo Freire. Ainda nesta mesma ocasião foram confeccionados com base na concepção freiriana, materiais didáticos partindo da construção de temas geradores com a finalidade de constituir auxílio ao método de alfabetização de adultos.

Partindo desse pressuposto Freire (1987) destaca que:

É importante reenfatar que o tema gerador não se encontra nos homens isolados da realidade, nem tampouco na realidade separada dos homens. Só pode ser compreendido nas relações homens-mundo. Investigar o tema gerador é investigar, repitamos, o pensar dos homens referido à realidade, é investigar seu atuar sobre a realidade, que é sua práxis (FREIRE, 1987, p. 98).

Caracteriza-se como grande desafio ao alfabetizador construir práticas que proporcionem aos alunos o exercício da leitura crítica da sociedade estabelecida entre homem e mundo. O tema gerador, nada mais é do que um objeto de estudo que envolve o fazer e o pensar, o agir e o refletir, a teoria e a prática. Ele permeia e perpassa através de ações significativas o que determina e produz conhecimento ao apresentar propostas de conteúdo que permitirão e contribuirão para a concretização de uma leitura crítica da realidade. A estratégia utilizada neste método é o diálogo, que tem como objetivo fazer com que o educando se sinta como sujeito, antes do aprendizado da leitura e da escrita.

A ALFABETIZAÇÃO ENTRELAÇADA COM A CONCEPÇÃO FREIRIANA

A alfabetização exerce um papel singular na vida de um indivíduo, possibilita a formação de um sujeito construtor de ideias, pensamentos, concepções e autonomia, logo a alfabetização está para além do conceito de que alfabetizar é aprender a ler e escrever, não desmerecendo a importância e necessidade destas competências como método de inserção do sujeito ao meio atuante da sociedade letrada. Delinear a alfabetização de Jovens e Adultos é falar do direito negado àqueles que foram excluídos é com certeza falar da omissão daquilo que se faz importante na educação. Então na EJA a alfabetização não se resume apenas ao ato de ensinar/aprender a ler e escrever, mas na construção e formação de cidadãos, ou seja, alfabetizar ultrapassa os limites dos códigos linguísticos.

Arroyo (2001), ao discorrer sobre a alfabetização de jovens e adultos infere que:

Os sujeitos desenvolvem e humanizam-se quando a alfabetização adquire outra qualidade, na qual a apropriação da leitura se vincula com uma nova condição humana, com a capacidade de se envolver e participar em novas práticas políticas, sociais e culturais (ARROYO, 2001, p.20).

É neste sentido que a proposta de educação explicitada pelo educador Paulo Freire não se caracteriza pela transmissão de conhecimentos, como se o ensino e a aprendizagem circulassem em um único sentido. Ele criou uma concepção de alfabetização como meio de democratização da cultura, como oportunidade de reflexão sobre o mundo, a posição e lugar do homem, sobre a vida e a realidade em que vive, enfatiza ainda que a leitura do mundo e a compreensão do contexto que o cerca, antecede a ação de instruir-se ao seguimento da leitura e escrita das palavras, do mesmo modo que alfabetizar, não se atém a uma ação mecanizada de exercer as competências linguísticas, mas na possibilidade de estabelecer uma relação dinâmica a fim de propor vínculos entre a linguagem e a realidade.

Segundo Freire para que o sujeito educando possa aprender a ler, de uma forma significativa, ele precisa compreender o mundo que está a sua volta e, para que de fato isso aconteça o educador deve partir do contexto do aluno, com palavras que tenham significado na vida e no cotidiano do educando. Para Freire, a alfabetização de adultos consiste em um ato político e um ato de conhecimento, portanto um ato criador. O educando constitui-se então sujeito do processo de alfabetização, e este é o motivo pelo qual, o educador/alfabetizador deve incumbir-se em ajudá-lo, e não invalidar os seus saberes no percurso de construção da escrita e da leitura.

Conforme Freire (1975), a alfabetização:

[...] é a conseqüência de uma reflexão que o homem começa a fazer sobre sua própria capacidade de refletir. Reflexão sobre a própria alfabetização, que deixa de ser algo externo ao homem, para ser dele mesmo. Só assim nos parece válido o trabalho da alfabetização, em que a palavra seja compreendida pelo homem na sua justa significação: como uma força de transformação do mundo. (FREIRE, 1975, p. 142).

Na concepção freiriana, a alfabetização exprime um significado mais abrangente, à medida que vai além do código escrito, pois, enquanto prática discursiva permite uma leitura crítica da realidade, constitui-se como importante instrumento de resgate da cidadania e reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhoria de qualidade de vida e pela transformação social. Aceitando o alfabetizando como sujeito de sua aprendizagem, a concepção freireana propunha uma ação educativa que não negasse a cultura, mas que fosse transformado tendo por mediação o diálogo, ancorado no tripé alfabetizador/alfabetizando/objeto do conhecimento.

ALFABETIZADOR NA EJA: UM AGENTE DE POSSIBILIDADES

A Educação de Jovens e Adultos vem delineando toda uma historicidade de desigualdade social, associada a um cenário educacional regido pela exclusão. Neste sentido constituir-se alfabetizador na EJA significa conhecer as pluralidades do alfabetizando, apostar nas possibilidades e potencialidades do seu alunado, constituir uma cultura de acolhimento desta diversidade e implantar práticas pedagógicas que contemplem os saberes de experiências que os alfabetizados trazem consigo.

A respeito do ensino aos educandos Freire (1996), explicita:

Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos. Por isso mesmo pensar certo coloca o professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela saberes socialmente construídos na prática comunitária. (FREIRE, 1996, p.30).

Construir a identidade de alfabetizador acarreta a ideia de se instalar no meio ao qual se encontra inserido, refletindo sobre sua prática, redescobrimo não só conhecimentos, mas a si próprio. Contribuindo para a construção de uma sociedade igualitária. A organização do trabalho pedagógico por parte do alfabetizador deve valorizar os interesses individuais e o ritmo de aprendizagem do alfabetizando, priorizar, portanto o diálogo de ambas as partes. Para isto Freire (1996), menciona:

Que ensinar, na visão deste mesmo alfabetizador exige disponibilidade para o diálogo, pois o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma com inquietação e curiosidade, como inclusão em permanente movimento da história. (FREIRE, 1996, p. 154).

O alfabetizador da Educação de Jovens e Adultos exerce o papel de agente facilitador no caminho da transformação social, o que implica na importância de esclarecer que o alfabetizador não se forma

alfabetizador por adquirir um diploma, mas nas suas experiências da vida docente. Destacando que sua formação inicial amplia-se para a formação continuada ao longo de sua vida profissional. Freire (1996), assegura que:

O investimento na formação continuada do educador se constitui como um elemento crucial na busca pela inovação de práticas e técnicas que despertem nos alunos o interesse de experimentar uma dinâmica diferenciada, onde os conflitos são tratados e resolvidos pacificamente. Nesse processo de formação é fundamental que o professor desenvolva uma reflexão crítica da própria prática (FREIRE, 1996, p.34).

O alfabetizador deve reconhecer o alfabetizando da EJA, um aluno como outro qualquer, porém com suas especificidades. No propósito de oferecer aos alfabetizados, uma aprendizagem que os faça refletir, criticar e entender a sociedade com suas alternâncias de diálogos educacionais. Propor saberes e métodos, que supra a necessidade de valorizar e destacar a sua atuação na sala da EJA. Considerando a relação alfabetizador/alfabetizando infere-se uma reciprocidade de desenvolvimento e de aprendizagem, configurando-se desta maneira um processo educacional mútuo e contínuo. Para Pereira (2005):

No que se diz respeito ao professor, essas condições tem haver com sua formação, com a percepção de si mesmo e de seu papel na escola, com sua interação em relação ao conhecimento, aos alunos, ao espaço da sala de aula (PEREIRA, 2005, p.25).

Corroborando com esta afirmação Freire (1996) nos diz que:

Ao pensar sobre o dever que tenho, como professor, de respeitar, a dignidade do educando, sua autonomia, sua identidade em processo, devo pensar também, como, já salientei, em como ter uma prática educativa em que aquele respeito, que sei dever ter ao educando, se realize em lugar de ser negado. (FREIRE, 1996, p.71).

Os desafios que vem sobre os alfabetizadores são construtores de uma perspectiva de ensino dinâmico, inovador e eficaz. Interagir com o aluno e introduzir uma metodologia que favoreça o ensino/aprendizagem.

No âmbito escolar, o objetivo é propiciar circunstâncias para que os alfabetizados possam confiar no alfabetizador, pois para propor atividades significativas como recursos de aprendizagem voltado para a Educação de Jovens e Adultos, é necessário um busca incessante de métodos e práticas educativas adequadas à realidade dos sujeitos que constituem a sala de aula na EJA. A Proposta Curricular de (2001), descreve um princípio pedagógico já bastante assimilado entre os que se dedicam a educação básica de adultos, é o da incorporação da cultura e da realidade vivencial dos educandos como conteúdo ou ponto de partida da prática educativa.

Sobretudo, aceitar a prática docente do alfabetizador objetivando uma educação de qualidade, ascensão e permanência agindo como preditora da inclusão igualitária. Para tanto, é indispensável um modelo educacional que monetize situações pedagógicas aceitáveis para a função de ensino/aprendizagem de jovens e adultos.

A prática diferenciada de uma ação que haja como mediadora entre alfabetizadores e alfabetizados, como transmissor de conhecimento, priorizando o diálogo, a formação ética e pensamento crítico num fazer pedagógico que respeite as diferenças individuais e ritmo próprio de cada alfabetizando.

Diante desta afirmação o educador/alfabetizador exercerá uma metodologia em que possa articular ações de aprendizagem, planejamento e intervenções que possibilitem aos sujeitos construção própria, legalizando o desenvolvimento da autonomia a favor da articulação do conhecimento destes. De acordo com Freire (1996):

Uma das tarefas mais importantes da prática educativa-crítica é proporcionar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. (FREIRE, 1996, p.41).

Daí a necessidade de entrelaçar a prática pedagógica aplicada em sala de aula com o cotidiano dos alunos. Vivenciar este entrelaçamento permite à formação de ambas as partes. Propostas que favoreçam a didática do alfabetizador, para que conduza o alfabetizando, a discutir, conceituar, traduzir e experimentar uma educação que oportunize a transformação que envolve sua realidade existencial sempre mediada por uma prática educativa adaptada ao espaço educacional da EJA.

A LEITURA DO MUNDO: BEM MAIS QUE PALAVRAS

A escrita caracteriza-se como um avanço cognitivo que ultrapassa sua mera estruturação e corrobora para uma perspectiva de onde se enuncia o contexto social, educacional, cultural e sua intencionalidade das escolhas linguísticas. A leitura no entanto transcende a simples decodificação, uma vez que pode ser entendida como um processo de ressignificação, o qual estar sujeito às atividades discursivas e as práticas sociais. O ato de ler incide na preponderância da experiência essencial de cada indivíduo. Para Freire a leitura é estimulada em decorrência dos primeiros contatos com o mundo só depois surge à leitura da palavra, legitimando a experimentação de textos, palavras e letras por meio do contexto.

Fazer a leitura do mundo no campo da alfabetização é se referir ao legado do educador Paulo Freire, é desta forma que a alfabetização se torna crítica e emancipatória.

O que tenho dito sem cansar, e redito, é que não podemos deixar de lado, desprezado, como algo imprestável, o que educandos, sejam crianças chegando à escola ou jovens e adultos a centros de educação popular, trazem consigo de compreensão do mundo, nas mais variadas dimensões de sua prática social. Sua fala, sua forma de contar, de calcular, seus saberes em torno da saúde, do corpo, da sexualidade, da vida, da morte, da força dos santos, dos conjuros. (FREIRE, 1993, p.86).

Ao tratarmos o processo de alfabetização a partir da perspectiva da leitura do mundo é, sobretudo, respeitar e estimar os saberes dos quais Freire nos fala enfaticamente, valorizar as experiências culturais e locais, que os educandos trazem consigo a fim de que possibilite os avanços destes sujeitos. Ao correlacionar a leitura do mundo com a leitura da palavra, Freire implanta a prática alfabetizadora, tendo como ponto de partida a política cultural, cultura esta que permite a relação do homem com o mundo que o cerca. É neste sentido que o conceito e entendimento de alfabetização se alarga e tende ir além de seu conteúdo etimológico, ou seja, ultrapassa os limites das letras e das palavras, advindo ao seu conceito as relações do educando com o

mundo, mediada por uma prática transformadora.

A priori, Freire (1982) afirma que o ato de ler “se antecipa e se alonga na inteligência do mundo” e “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, para que o aluno compreenda a leitura da palavra é fundamental exercer da leitura do mundo, quando se faz uma leitura, imprime-se nela a visão de mundo do leitor, uma vez que não há leitura neutra, sem colocações, opiniões e indagações o que possibilita a realização de uma aprendizagem significativa e uma leitura aliada ao contexto ao qual o sujeito se insere o que desperta uma visão crítica de si e do outro.

Freire (1982) “Na medida, porém, em que me fui tornando íntimo do meu mundo, em que melhor o percebia e o entendia na “leitura” que dele ia fazendo, os meus temores iam diminuindo”. Partindo deste pressuposto devemos compreender que o aluno deve assumir-se como responsável por sua aprendizagem, e também desmistificar a cultura letrada.

É pela disseminação desta cultura letrada que Ferreiro (2002) contrapõe a utilização simultânea dos termos letramento e alfabetização, a utilização do termo letramento, reduziu-se o conceito de alfabetização, para a autora a alfabetização é bem mais abrangente que o mero domínio do código e não seria necessário utilizar o termo letramento.

O adulto que é considerado não alfabetizado não deixa de ser uma pessoa instruída pelo fato de não saber ler e/ou escrever. Ele só não teve acesso ao conhecimento formal. Então a alfabetização tende a ser promotora de mudanças pessoais e reintegradora de vivência, seguindo uma proposta conscientizadora.

A alfabetização enquanto processo educativo carece ser pensada como resultante do trabalho coletivo e historicamente situada. É fruto das relações entre homens e, por isso mesmo, está sujeita às alterações, assim como a linguagem, que não se apresenta somente para a permuta de informações, nem se compõe como um mero instrumento de comunicação seja ela de forma oral ou escrita.

Quando nos referimos à alfabetização de jovens e adultos no contexto social brasileiro, é válido destacar a identidade particular de cada sujeito pertencente à EJA, logo podemos correlacionar o processo da alfabetização com os que perfazem a estrutura da mesma alfabetizando e alfabetizadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As obras do educador Paulo Freire são referenciais educacionais que transcendem aos processos metodológicos para a alfabetização na EJA, por convidarem à reflexão sobre a educação popular. O pensamento freiriano circunda os programas de alfabetização e subsidiam o pensamento pedagógico brasileiro através de seus escritos, porque orientam para a construção de modelo de cidadania mais humana. Atende a busca dos educadores por uma educação mais justa, por uma escolarização comprometida com os interesses e emancipação da classe popular.

O paradigma pedagógico construído a partir de Freire pontua outros princípios para a relação entre a problemática educacional e social resgatando a importância de inserir a educação de adultos no contexto diário da cultura brasileira, a partir da criticidade da realidade dos educandos .

Percebemos que para desencadear uma educação de qualidade parte de um desempenho mútuo tanto do aluno como do professor, alfabetizando/alfabetizador em união com uma prática educativa aplicada em sala de aula. Portanto na Educação de Jovens e Adultos não pode ser diferente, ressaltando todo o contexto histórico marcado por lutas no processo educativo nacional.

Desta forma as condições sociais e o perfil de excluídos dos sujeitos alfabetizando da EJA, seja notório e fator relevante sobre as atividades docentes dos sujeitos alfabetizadores.

Fazendo-se importante e pertinente à inclusão do jovem e do adulto como ser ativo, participativo e crítico diante da sociedade, através da implantação de métodos e práticas que possam suprir as necessidades de maneira benéfica correlacionando os conteúdos curriculares aplicados em sala de aula com a realidade deste público, cooperando com a formação do alfabetizando e também do alfabetizador.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. A. **A Educação de Jovens e Adultos em tempo de exclusão** - RAAAB – Rede de Apoio à Alfabetizadora do Brasil. Abril, 2001.

BRASIL. **Diretrizes e bases para a educação nacional**: Lei nº 9394/96. Brasília, 1996.

BRASIL, **Ministério da Educação**. Proposta Curricular 1º segmento: educação para Jovens e Adultos. Brasília: MEC – SEF, 2001.

CUNHA, C. M.; SILVA, M. C. F. **A Educação de Jovens e Adultos**: a diversidade de sujeitos, práticas de exclusão e inclusão das identidades em sala de aula, Belo Horizonte, 2010.

FERREIRO, Emília. **O passado e o presente dos verbos de ler e escrever**. São Paulo: Cortez, 2002.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza. UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: três artigos que se completam. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1982.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

PAIVA, V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 1973.

PEREIRA, M. L. C. **A construção do Letramento na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica/ FHC – FUMEC, 2005.

SOUZA, João Francisco de. **Educação de Jovens e Adultos**: Proposta Curricular. NUPEP – Núcleo de Ensino,

Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens e adultos em educação popular. Recife, 1998.

[1] Graduanda em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. patriciaabrandaol@gmail.com

[2] Graduanda em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Membro do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Humano e Processos Educativos – DEHPE. Bolsista do Programa Institucional de Bolsa em Extensão. mariellymota@hotmail.com.br

Recebido em: 26/06/2014

Aprovado em: 27/06/2014

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: